SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/04/2015 - Telesíntese

Governo federal só conclui migração para o IPv6 no final de 2018

Conforme relatório da Anatel, a implementação será feita em 8 etapas. A burocracia estatal terá que fazer um enorme esforço para se atualizar na internet e migrar para o novo sistema de endereçamento, o IPV6.

Segundo o relatório, a meta de disseminação deste protocolo na administração pública federal só será integralmente concluída em setembro de 2018. E será implementada em oito etapas. EAs primeiras etapas deste processo são mais ativas nos provedores de acesso e fornecedores de serviços de TI, afetando as redes mais externas (www) como serviços de acesso, hospedagem e DNS.

Já as últimas etapas envolvem adequação das infraestruturas e sistemas internos dos órgãos, fornecedores de equipamentos e dispositivos, ou seja, as áreas de redes mais internas (Redes Locais – LANs). A Anatel levanta que, na pesquisa realizada pelo Ministério do Planejamento em maio do ano passado junto a 55 órgãos e entidades públicas, dentre estes, 26 órgãos com status de Ministério. Os resultados mostraram que, apesar da infraestrutura interna estar preparada para o IPv6, poucas instituições têm experiências de implantação do protocolo. Isto se deve, na maior parte, devido a falta de pessoal capacitado em IPv6 nas áreas de TI.

Certificação de equipamentos

Também ainda não está concluída as definições de certificação de equipamentos de telecom para as redes fixas. Conforme a agência, em relação aos requisitos para os equipamentos dos terminais da rede fixa e que trabalham com o protocolo IP, verificou-se, "que ainda não há um consenso sobre um conjunto mínimo" de requisitos obrigatórios nos equipamentos. Mas a Anatel decidiu que até janeiro de 2016 não poderá mais ser certificado qualquer produto para a rede fixa sem o IPV6.

No caso dos produtos de celular os protocolos já forma definidos e será utilizada a norma 3GPP TS 36.523-1: Evolved Universal Terrestrial Radio Access (E-UTRA) and Evolved Packet Core (EPC); User Equipment (EU) conformance specification; Part 1: Protocol conformance specification.

No mês passado a Anatel anunciou a decisão de que as operadoras de telecom devem ofecerer o acesso a este novo protocolo de internet a todos os seus usuários a partir de 1º de julho deste ano.

Se todos concordam que esta nova numeração vai permitir a continuidade da internet – visto que os números de identificação do IPV4 estão se esgotando em todo o mundo – há um grave problema com a base de computadores instalados no Brasil, cujos softwares (como o XP, por exemplo, já descontinuado, mas ainda presente e milhares de lares brasileiros) não conseguem entender este novo protocolo. E nestes casos, só modernizando a máquina.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/04/2015 - Telesíntese

Investigada, TIM nega envolvimento em escândalo de corrupção no Carf

Operadora é uma das 74 empresas e pessoas físicas investigadas na Operação Zelotes, da Polícia Federal.

A TIM divulgou nota rechaçando qualquer envolvimento em esquema de pagamento de propina aos integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O órgão julga casos de sonegação e recursos de contribuintes em dívida com a Receita Federal. No texto, a empresa diz que "refuta veementemente uso de práticas indevidas em seus processos" e frisa que "se resguarda ao direito de tomar as medidas legais cabíveis contra condutas difamatórias".

Segundo o jornal o Estado de S.Paulo, a operadora seria uma das 74 empresas e pessoas físicas investigadas por pagar propina a conselheiros para ter suas sanções abrandadas em processos de sonegação de tributos federais. A investigação foi batizada de Operação Zelotes. Fariam parte do esquema, ainda, integrantes do Partido Progressista (PP). O valor dos processos sob escrutínio, e que teriam beneficiado as empresas envolvidas, alcança R$ 19 bilhões.

Abaixo, leia a íntegra da nota da TIM:

"A TIM, assim como outras grandes empresas, possui processos em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), sendo frequentemente contatada por escritórios de advocacia interessados em assessorar a companhia nesses casos. Em linha com sua conduta ética e rigorosa, a TIM opta sempre por atuar em parceria com escritórios reconhecidos e respeitados por sua total e irrepreensível idoneidade. Dessa forma, a operadora refuta veementemente uso de práticas indevidas em seus processos junto ao CARF ou qualquer outra instância administrativa de julgamento de questões tributárias federais e não tem nenhuma informação oficial de qualquer questionamento, além de estar à disposição para colaborar com as investigações e apoiar as finalidades da operação. A companhia acompanhará o desdobramento do assunto e se resguarda ao direito de tomar as medidas legais cabíveis contra condutas difamatórias".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/04/2015 - Telesíntese

O negócio de torres da América Móvil será transformado em empresa independente

A Telesites, cuja criação deverá ser aprovada na assembleia de 17 de abril, terá que abrir 90% de seus ativos aos concorrentes.

cA América Móvil deverá transformar seu negócio de torres em uma spin off da companhia, que manterá a mesma extrutura acionária, de acordo com a agência Reuters. Ontem (1º), a operadora divulgou comunicado informando que vai segregar "ativos de infraestrutura passiva utilizados, principalmente, pelas operações de telefonia móvel no México". A iniciativa faz parte da reestruturação por que passa a empresa desde a aprovação de nova legislação para o setor de telecomunicações no país. A lei prevê medidas para diminuir a dominância de mercado da empresa no setor. A América Móvil tem participação acima de 70% em telefonia móvel e fixa no país.

A nova empresa do grupo, que deverá se chamar Telesites, vai oferecer aos concorrentes acesso a 90% dos seus ativos, contra os 45% que hoje estão abertos ao uso por outra operadoras, atendendo as novas condições que lhe foram impostas pelo Instituto Federal de Telecomunicações.

Depois que a operação for aprovada pelas autoridades mexicanas – a reestruturação da empresa será analisada em assembleia marcada para o dia 17 de abril –, a Telesites terá suas ações listadas na bolsa mexicana. E, segundo fontes da empresa citadas pela Reuters, haverá uma oferta pública de ações. Além disso, a proposta envolve a transferência de US$ 1,39 bilhões da dívida da América Móvil para a nova empresa.

05/04/2015 - Vermelho

Lula e Dilma elevaram investimentos em educação para 6,6% do PIB

Nos últimos oito anos os investimentos em educação no Brasil, promovidos pelos governos Lula e Dilma, atingiram uma proporção da renda nacional elevada para padrões mundiais, subindo de 4,6% para 6,6% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso mesmo, padrões acima dos mundiais.

Os dados foram apurados pelo governo e relativos ao ano de 2013 e divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo. Em valores de hoje, algo como R$ 360 bilhões anuais. Segundo o levantamento, esse percentual supera a média de 5,6% apurada em 2011, dado mais recente, entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), na maior parte ricos.

Os dados mostram que o compromisso assumido pela presidenta Dilma de fazer do Brasil uma pátria educadora segue um caminho trilhado pelo governo progressista ao longo desses 12 anos.

Apesar de sabermos que ainda está longe do ideal, o índice revela que o Brasil destina uma parcela de sua renda superior, por exemplo, à reservada pelos EUA.

De acordo com matéria, ao longo da última década, o gasto anual de União, Estados e municípios por estudante da rede pública quase triplicou: de R$ 2.213 em 2003, em valores corrigidos, para R$ 6.203 em 2013.

A meta fixada em lei é atingir 10% do PIB até 2024. "Saímos de um patamar baixo, estamos num intermediário e o crescimento [de verbas] terá que vir com o melhor uso de recursos", disse Chico Soares, presidente do Inep, órgão do MEC responsável por coletar estatísticas da educação no país.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/04/2015 - Vermelho

A privataria tucana e as contas secretas do HSBC na Suíça

Um dos destaques na chamada lista dos mais de 8 mil nomes de empresários, políticos e celebridades com contas secretas do HSBC da Suíça, é Steinbruch. Reportagens publicadas no fim de semana dão conta de que a família Steinbruch possuía nada menos que US$ 543 milhões depositados na filial de Genebra.

Artigo publicado no Brasil 247 resgatou a trajetória do principal membro do clã Steinbruch, o Benjamin que ampliou seu patrimônio na era das privatizações, durante os oito anos do governo FHC.

"Antes dos anos 90, os Steinbruch possuíam apenas um grupo têxtil, o Vicunha, que enfrentava as dificuldades decorrentes do processo de abertura econômica", lembra o artigo do 247.

De fato, durante os anos de governo tucano, Benjamin deu uma grande guinada nos negócios. Nesse período o grupo Vicunha comprou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Light e a Vale do Rio Doce.

Nesse período, destaca o 247, Benjamin contratou em 1995, ou seja, no primeiro ano do governo FHC, Paulo Henrique Cardoso, filho de ex-presidente tucano, como "assessor especial".

Apesar da grande mídia estampar em suas manchetes as relações contratuais de José Dirceu com empresas do setor privado, no caso do filho de FHC a mesma mídia trata apenas como um grande negócio.

"A identificação com o poder tucano não é apenas retórica. Steinbruch é amigo há vários anos de Paulo Henrique Cardoso, o filho mais velho do presidente da República. Até fevereiro, empregava o "primeiro-filho" na Diretoria de Comunicação e Marketing da CSN. Agora, Paulo Henrique está na Light", dizia reportagem da Folha, em 1995, tratando Steinbruch como o primeiro "megaempresário" gerado na era tucana.

A mesma matéria também afirmava que Benjamin cultivava outros dois nomes fortes do tucanato: David Zylberstajn (secretário estadual de Energia e "primeiro-genro", casado com Beatriz Cardoso) e Andrea Matarazzo (presidente da Cesp), amigo há mais de 20 anos e frequente conselheiro.

O artigo publicado pelo 247 também resgata que a mídia na época afirmava que "o aconselhamento de Paulo Henrique Cardoso foi crucial para que o BNDES se associasse a Steinbruch na compra da Light". As influências políticas quando feitas por tucanos é chamada de "aconselhamento" garantindo que esse fosse o consórcio vencedor.

O artigo também lembra da participação de Steinbruch na privatização da Vale, em que o empresário foi apoiado pelos fundos de pensão estatais, mas em contrapartida teria recebido um pedido de propina do ex-tesoureiro do PSDB, Ricardo Sérgio de Oliveira.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

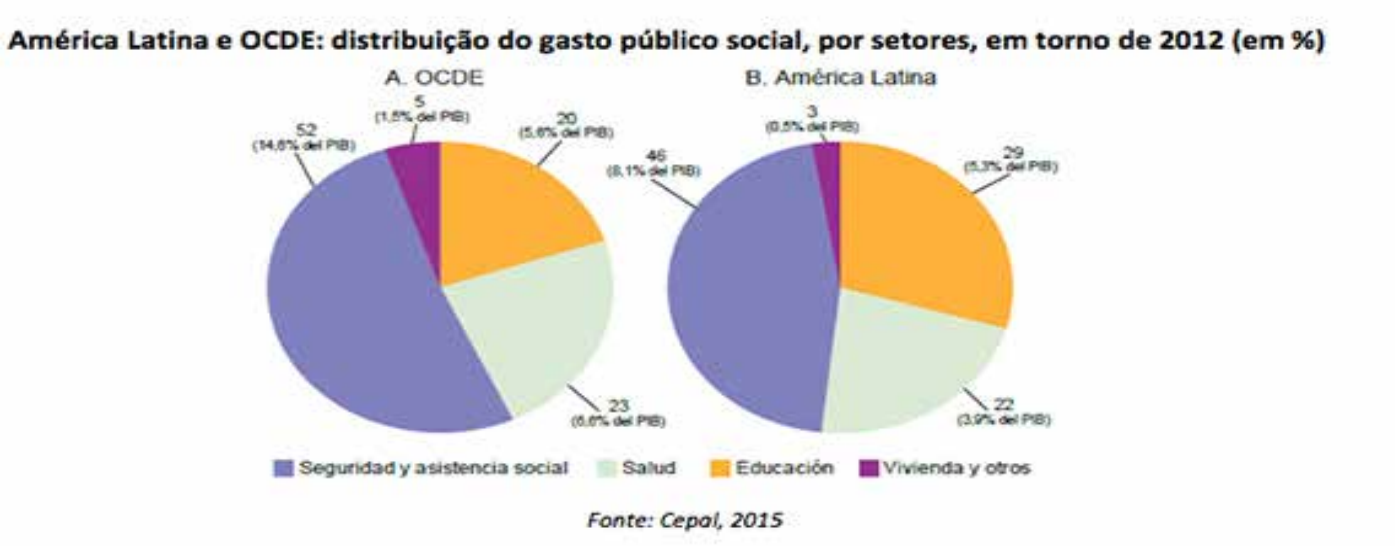
FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/04/2015 - Vermelho

Investimento social na América Latina tem alta de 7,7%



Estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) mostra que o gasto público social per capita anual médio para 21 países da América Latina e o Caribe cresceu de US$ 492 para US$ 1.103 do início dos anos 1990 a 2011/2012. Da mesma forma, o gasto público social, no mesmo período, foi de 12,9% para 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo o documento, a comparação entre países mostra que o Brasil tem o terceiro maior gasto público social per capita anual em dólares (US$ 1.512), para valores de 2011 e 2012, perdendo para a Argentina (US$ 1.893) e Uruguai (US$ 1.846), mas ficando à frente do Chile (US$ 1.340).

Ainda comparando o gasto público social na América Latina com o mesmo gasto dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os dados mostram que, apesar de se distribuírem de forma semelhante entre investimentos em seguridade e assistência social, saúde, educação, moradia e outros, a OCDE tem um gasto social em porcentagem do PIB muito mais alto que a América Latina.

Como se nota pelo gráfico, por exemplo, enquanto na OCDE o gasto público com saúde corresponde a 6,6% do PIB, na América Latina, o gasto público com saúde corresponde somente a 3,9% do PIB; ou enquanto o gasto público em seguridade e assistência social na OCDE é de 14,6% do PIB, na América Latina corresponde a 8,1% do PIB.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/04/2015 - CUT

“O SUS para cuidar bem das pessoas”

CUT e movimentos sociais realizam Marcha do Dia Mundial da Saúde nessa terça em São Paulo

O SUS (Sistema Único de Saúde) para cuidar bem das pessoas é o tema da caminhada em defesa da saúde pública que se realizará no Dia Mundial da Saúde, nessa terça, 07 de abril, com concentração a partir das 9h00 na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 (Metrô Clínicas), seguindo até a Praça da República.

A marcha integra as mobilizações nacionais do Dia Nacional de Luta organizado pela CUT, CTB e os movimentos sociais (saiba mais no, unidos em defesa da democracia, dos direitos, da Petrobrás e das reformas populares e contra o Projeto de Lei 4330/04 das terceirizações).

O que falta para o SUS cuidar bem de todos (as)? Com esse questionamento, os movimentos vão às ruas para reivindicar mais investimentos, lutar contra a privatização da saúde e acirrar o embate à terceirização - no mesmo dia, em Brasília, a Câmara dos Deputados votará o Projeto de Lei (PL) 4330/04, que libera as terceirizações em qualquer atividade, retirando direitos trabalhistas históricos.

Tanto as terceirizações, quanto o funcionamento do SUS por meio das Organizações Sociais - OS não agrega nada ao serviço público, como equipamentos ou tecnologia, "são apenas gerenciadoras de mão de obra", critica Luiz Antonio Queiroz, secretário de Saúde do Trabalhador da CUT São Paulo. Na prática, avalia o dirigente, esse modelo leva ao desmonte da saúde da pública para promover o serviço privado.

Os movimentos sociais também alertam para a abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.
A legislação alterou o Art. 142 da Lei Orgânica da Saúde (LOAS nº 8.080, de 1990), permitindo a participação direta ou indireta de empresas estrangeiras que poderão "instalar, operacionalizar ou explorar" hospitais gerais, hospitais especializados, policlínicas, clínicas gerais e especializadas.

"Isso é tirar verba do SUS para entregar aos grandes capitais econômicos, é transferir dinheiro público ao setor privado". Para Queiroz, a mudança na LOAS e o PL da terceirização vão na contramão do acesso gratuito e universal à saúde e, no médio prazo, "a tendência é que aqui seja como nos Estados Unidos, tudo privatizado e sem saúde pública".

Em vez de incentivo à privatização, a CUT e os movimentos sociais defendem aplicação de 10% da receita corrente bruta do União para a saúde pública. A proposta foi apresentada por diversas organizações que colheram 1,8 milhões de assinaturas e entregaram, em agosto de 2013, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que desde então aguarda votação no Congresso Nacional. Hoje, os Estados são obrigados a destinar 12% das receitas em saúde e, para os municípios, o índice é de 15%, mas falta uma legislação que determine ao governo federal um mínimo de investimento.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/04/2015 - RBA

Juízes do Trabalho ampliam mobilização contra PL da Terceirização

Associação de magistrados retoma campanha em que atores ativistas pelos direitos humanos alertam para ataque no Congresso contra direitos dos trabalhadores

A propósito da tramitação do projeto de lei que regulamenta a terceirização, o PL 4330, que pode ser votado na Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (7) a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) voltou a divulgar uma campanha contrária à matéria, que pode levar ao retrocesso em direitos trabalhistas e ampliar a precarização das condições de trabalho.

Em vídeo, compilado de dois outros de uma campanha anterior, de 2013, depoimentos de atores e atrizes ligados ao Movimento Humanos Direitos (MHUD) alertam sobre os riscos do "liberou geral" proposto pelo projeto, cujo relator é o deputado Arthur Maia (SD-BA).

Camila Pitanga, Vagner Moura, Osmar Prado, Dira Paes, Bete Mendes, Priscila Camargo e Gilberto Miranda, todos de expressão nacional, gravaram depoimentos contundentes sobre o que consideram perigos "para as gerações futuras".

"A terceirização traz benefícios apenas para empresários, que poderão cortar custos pagando salários mais baixos", diz um dos depoimentos. O filme refeito circula entre portais de entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais, além de blogues da chamada ala progressista.

Assista a íntegra:
https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=e5iW6uDHJIA

06/04/2015 - RBA

Belchior: ’60% dos deputados que apoiam redução da maioridade penal são investigados’

Militante de movimento negro diz que parlamentares da CCJ alvo de investigações criminais formam contradição no processo de tramitação do projeto de redução da maioridade penal

Douglas Belchior, militante da União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro), diz a maior parte dos parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que apoiam a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos são investigados por crimes. "A gente acabou de viver a negação da inadmissibilidade do projeto de lei e de emenda constitucional por um grupo de deputados onde 60% daqueles que derrubaram a inadmissibilidade tem problemas na Justiça e respondem por crimes", afirmou Belchior ao Seu Jornal, da TVT.

Para Belchior, esse fato marca uma grande contradição em torno desse processo. Em seu blog, ele também chama atenção para o problema. Belchior afirma que a sociedade deve se perguntar se quer apostar em justiça ou em vingança. "Se a opção é construir justiça, igualdade social, nós precisamos investir em educação e promover políticas públicas de inclusão e valorização do jovem, como alguém que pode reconstruir a sociedade brasileira e melhorar o seu futuro".

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/especialistas-e-ativistas-sao-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-1771.html